

OFÍCIO MENSAGEM 059/2023

Ouro Preto, 24 de agosto de 2023

A Sua Excelência o Senhor
Vereador José Geraldo Muniz (Zé do Binga)
DD. Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto

Excelentíssimo Presidente,

Venho, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o presente Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição ao Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto, inscrito no CNPJ sob o nº 23.068.737/0001-41, sediado na Rua Dr. Furtado Menezes, nº 49, Cabeças, Ouro Preto – MG, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

O Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto, está em funcionamento desde 1942 e é a única entidade no Município a oferecer serviço de acolhimento para idosos e integra a Rede Municipal de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A entidade possui estrutura física e operacional adequada à moradia e qualidade de vida dos idosos em situação de abandono, sem vínculos familiares ou impossibilitados de conviver com suas famílias.

Com o intuito de atender às legislações pertinentes, a entidade apresentou o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e conseqüentemente a obtenção da AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

A presente proposta de concessão de contribuição à entidade tem por objetivo promover maior segurança aos idosos, funcionários e visitantes da entidade, através da efetivação e realização do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, sendo atendida por meio da indicação de recursos oriundos de Emenda Parlamentar via Transferência Especial do tipo investimento, enviada pelo Deputado Federal Aelton Freitas e indicada via protocolo pelo Vereador Luiz Gonzaga.

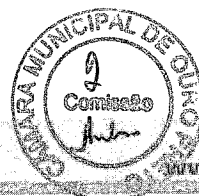
Conforme supramencionado, o repasse do recurso de que trata este Projeto de Lei, dar-se-á por meio de contribuição, sendo as contribuições definidas de acordo com o “Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público” (BRASIL, 2021), como despesas orçamentárias às quais não correspondem contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender

PREFEITURA DE OURO PRETO

Praça Barão do Rio Branco, 12, Pilar

Ouro Preto/MG - 35400-000

(31) 3559 3200



www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL OURO PRETO

despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.

Ademais, o referido repasse será realizado na forma estabelecida em Termo de Colaboração, a ser celebrado entre o Município de Ouro Preto e o Lar São Vicente de Paulo, no qual deverão constar as regras e os prazos para a prestação de contas.

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e Ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do projeto na forma proposta, renovando votos de elevado apreço.

Atenciosamente,

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Prefeito de Ouro Preto

PREFEITURA DE OURO PRETO

Praça Barão do Rio Branco, 12, Pilar

Ouro Preto/MG - 35400-000

(31) 3559 3200



www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL OURO PRETO

PROJETO DE LEI Nº 659 DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição para o Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto.

O Povo do Município de Ouro Preto, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição para o Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto, inscrito no CNPJ sob o nº 23.068.737/0001-41, sediado na Rua Dr. Furtado Menezes, nº 49, Cabeças, Ouro Preto – MG, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

§1º O pagamento será realizado por meio da dotação 02.12.01.08.244.0080.2139.4.4.50.41.00 – FR 2.706 Ficha 1688.

§2º O repasse do recurso de que trata esta Lei será realizado na forma estabelecida pelo Termo de Colaboração, a ser celebrado entre o Município de Ouro Preto e o Lar São Vicente de Paulo, no qual deverão constar as regras e os prazos para a prestação de contas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural Mundial, 24 de agosto de 2023, trezentos e doze anos da Instalação da Câmara Municipal e quarenta e dois anos do Tombamento.

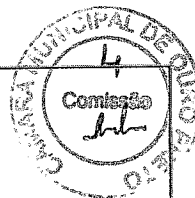
Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

Câmara Municipal de Ouro Preto
Protocolo
Nº 41064
Correspondência Recebida
Em 28/08/23
Ass. VERA Hs e 17h31 Min



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.068.737/0001-41 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/08/1969
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL LAR SAO VICENTE DE PAULO DE OURO PRETO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO R FURTADO MENEZES	NÚMERO 49	COMPLEMENTO *****
---------------------------------	--------------	----------------------

CEP 35.400-000	BAIRRO/DISTRITO CABECAS	MUNICÍPIO OURO PRETO	UF MG
-------------------	----------------------------	-------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/02/2023 às 13:38:59 (data e hora de Brasília).



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS



CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
13/02/2023

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
14/05/2023

NOME: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE OURO PRETO

CNPJ/CPF: 23.068.737/0001-41

LOGRADOURO: RUA DR. FURTADO DE MENEZES

NÚMERO: 49

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CABEÇAS

CEP: 35400000

DISTRITO/POVOADO: --

MUNICÍPIO: OURO PRETO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2023000618927895



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Identificação do Contribuinte:

RAZÃO SOCIAL: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE OURO PRETO

CNPJ: 23.068.737/0001-41

Endereço: R DR. FURTADO DE MENEZES, 49 ***
CABECAS - OURO PRETO - MG CEP: 35.404-056**

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos até a presente data, NÃO FORAM ENCONTRADOS débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte acima.

Ressalva-se à Fazenda Pública o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressaltando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos porventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Esta certidão não comprova a ausência de débitos relativos à Dívida Ativa da Tarifa Básica de Operacionalização, também conhecida como "TBO do SEMAE".

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Emitida em: 16/02/2023 13:22:15

Válida até o dia: 15/08/2023

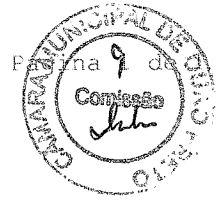


A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Código de controle da certidão: DC057983A6600E32E020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE OURO PRETO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 23.068.737/0001-41
Certidão nº: 6675932/2023
Expedição: 13/02/2023, às 13:43:20
Validade: 12/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LAR SAO VICENTE DE PAULO DE OURO PRETO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.068.737/0001-41**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

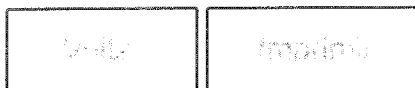
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 23.068.737/0001-41
Razão Social: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE OURO PRETO
Endereço: RUA FURTADO MENEZES 49 / CABECAS / OURO PRETO / MG / 35400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/08/2023 a 22/09/2023

Certificação Número: 2023082405401708660664

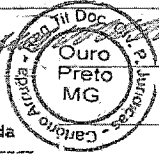
Informação obtida em 25/08/2023 15:32:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Juliene de P. Rufino Gomes. ^{on}
 Márcio Luiz da Silva. ^{on}
 Kátia Kátia da Cunha Viana. ^{on}
 Marcelo Apule Gontijo. ^{on}
 José Fernando da Silva. ^{on}
 José Marcelo Teixeira. ^{on}
 Wanda Luiz Xavier. ^{on}
 Maria das Mercês Santa Cruz dos Santos. ^{on}

Prefeitura Arruda - Reg. de Título e Doc. é Civ. das Pessoas Jur. - Ouro Preto-MG
 Praça Tiradentes, nº 62, sala 2, Centro, Ouro Preto-MG, CEP 35400-000
 PROTOCOLO Nº 31903 - AVERBADO Nº 19 no Livro - A21 - Folha: 291
 05 de Abril de 2021, R Oficial: Vanuza de Cássia Arruda

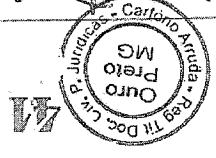


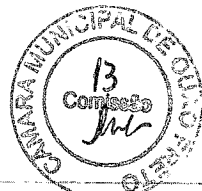
PODER JUDICIÁRIO - TJ-MG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
 Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Ouro Preto-MG
 Atos(s) praticado(s) por: Edvaldo Félix - Escrevente Substituto
 SELO DE CONSULTA: EBP82443
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 2768.1199.83519182
 Quantidade de atos Praticado(s): 003
 Emel: R\$157,73, Rocompe: R\$10,04
 TPJR\$58,35, Valor Final: R\$244,61 - ISSQN: 0,39
 Cod Dep: 8101-85 / 6801-91 / 6418-81
 Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tmg.jus.br>



Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Lar
 Vicente de Paulo de Ouro Preto, Ora Unida Vivem
 toda as Paróquias Central de Ouro Preto da Sociedade
 de São Vicente de Paulo "Louvado seja Nosso Senhor Jesus
 Cristo!" As 17:00 horas do dia 18 de abril de 2021, reu-
 niram-se os associados do Lar São Vicente de Paulo de
 Ouro Preto, nas dependências do Conselho Metropolitano de
 Ouro Preto à rua Furtado de Menezes, sem número, bai-
 no Cabeças, Ouro Preto, Minas Gerais para posse da Dire-
 toria e Conselho Fiscal do Lar São Vicente de Paulo de
 Ouro Preto. O evento teve como presidência o cfd Wanda
 Luiz Xavier, vice-presidente do Conselho Central de Ouro Preto,
 residente à rua Dom Velloso 707, bairro Cabeças, Ouro
 Preto, Minas Gerais, telefone, R6M-14063263, CPF 083.636
 486-47, brasileiro, vigilante, em substituição ao pre-
 sidente Caetano Pedro da Cruz. Após as orações iníci-
 ais regulamentares, o senhor Wanda agradeceu a

Análise que era enviada por mandato, pelo João
 das Neves e compareceu a esse Juízo Maria Neves, lo-
 nado, residente a Rua São de Araújo 48, bairro
 São Cristóvão, bairro São João, Minas Gerais, Urua, RG M-4433
 899 CPF 877 662 816-91, brasileira, apresentada, como pre-
 sidente do lar São Vicente de Paulo de São João para
 um período de dois anos, ou seja, de 18/04/2001 a
 18/04/2003. Ana Maria Neves possui o nome de
 referência no livro de registro de nascimento de
 referência a Rua dos Velhos 470, bairro Cataguás, São João
 Minas, Gerais, dispensada, RG MG-9442902, CPF 032 510 016
 -86, brasileira, residente em Rua Antônio, Bela Vista, São
 João Pedreira, bairro - Pedreira, residente a Rua Otton
 Guimarães 33, bairro Santa Bárbara, São João, Minas, Ge-
 ras, RG MG-198973, CPF 257 879 506-15, brasileira, apresentada
 pelos Cristóvão César Figueira, segundo requerente, Nei-
 de a sua licença estrangeira, 54, bairro São
 João de São João, São João, Minas Gerais, casado,
 RG M-391145, CPF 616 148 666-00, brasileiro, professor Aécio
 José de Cruz, primeiro requerente, residente a Rua 13 de
 maio, 476, bairro Alto da Cruz, São João, Minas Gerais,
 casado, RG M-374 337, CPF 801905 496-53, brasileiro,
 apresentado, Wagner Bonato de Sá, segundo requerente, res-
 quente a Avenida Augusto Francisco Lopes 97, bairro São
 Cristóvão, São João, Minas Gerais, casado, RG M-7634 993,
 CPF 040 064 236-08, brasileiro, técnico de Mineração. Em
 requerimento o ctd Wanda Cruz Karen compareceu o
 Ministério do Trabalho Fiscal pelo nome próprio de 18/04
 2001 a 18/04/2003, sendo titular Maria das Neves de Cruz
 do São João, residente a Rua Marcel, 647B, bairro Alto da Cruz,
 casado, RG M-5335255, CPF 243 104 106-25, brasileiro, do-
 lar. José Amaro de Souza, residente a Rua Erivaldo, 306,
 casado, 386, bairro Taveres, São João, Minas Gerais, casado





do, RG M-890.011, CPF 230 998 146-91, brasileiro, apresentado;
Dália Aircelto Barbosa Lopes, residente à Travessa da
Doutinha, 388, Bairro Morro da Queimada Ouro Preto, Minas
Gerais, viúva, RG MG-50917, CPF 817 622 676-91, brasilei-
ra, apresentada Com membros suplentes foram empos-
dos Carmen Lúcia Costano, residente à rua José An-
rônio Pescadão, PF, bairro Baurita, Ouro Preto, Minas
Gerais, casada, RG MG-6888 949, CPF 069 429 406-89,
brasileira, do lar; Maria da Conceição Bertolini Romero
residente à avenida Lusechiro Kubitscheck, 09, bairro
Baurita, Ouro Preto, Minas Gerais, RG M-3841448, CPF
723 78 566-04, brasileira, solteira; Patrícia Eva Pereira
residente à rua Alexandre Kassis, 276, bairro Baurita,
Ouro Preto, Minas Gerais, solteira, RG M-6888358, CPF 716
451 266-20, brasileira, cidadã de origem. Em sequen-
cia, os membros empossados fizeram a leitura do Termo
de Compromisso de Diretoria extraído do Regulamento
da Sociedade São Vicente de Paul. Foi aberta a palavra livre
e todos parabenizaram a diretoria que encerra os traba-
lhos e incentivaram a nova diretoria que assume.
Os dados dos membros presentes nesta Assembleia Geral
constam na lista de presença. Não havendo nenhuma
outra manifestação, a reunião foi encerrada com as
orações finais. Para constar eu, Adalberto Ferreira Pedrosa,
primeiro secretário, larei a presente ata, que depois
de lida e aprovada, será assinada Ouro Preto, 18 de abril
de 2021 Adalberto Pedrosa. Aprovada em 18 de abril de 2021.

Wander Luiz Xavier - Vice-presidente

Água Maria Mendes Cordeiro

Adelino Aparecida Xavier

Raimundo Cristóvam Galvão Júnior

Missir José da Cruz

Wagner Barros do Sales



Maria da Graça Gomes
 José Amaro de Sousa
 Maria das Graças Santa Cruz dos Santos
 Maria do Carmo Brito Peres
 Maria Juçeta Barbosa Lopes
 Carpinim Lúcia Salgino Castro
 Patrícia da Pereira
 José Geraldo Teixeira
 Maria Virginia da Silva
 José Francisco da Silva



PROTÓCOLO Nº 3221 - nº no Livro - Folha, de Maio de 2021
 PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
 Juízes e Docentes - Pessoa Jurídica - Ouro Preto-MG
 (5) prelado(s) por Venuza de Cassia Arruda - Registradora
 SERVIÇO DE CONSULTA: EBP93285
 INDICADO DE SEGURANÇA: 2179.9432.2023.1529
 Quantidade de atos Praticados: 008
 Emissão: R\$7064, Recomp: R\$421
 TF: R\$2288, Valor Final: R\$10136 - ISSQN: 3,63
 Cod Desp: 0101-E8 / 6601-91 / 6418-81



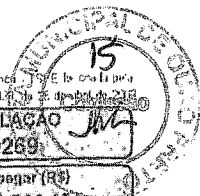
Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Pça. Tiradentes, 52 - SL 02 - Centro - Ouro Preto - MG - CEP: 35.400-000 - Tel: (31) 3551-7023
 Venuza de Cassia Arruda - Registradora | E-mail: rtd@mdouropreto.com.br



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.941.967/0001-16 / Ins. Estadual 067.00168-0007
 Av. Amazonas, 1.000 - B. Andrade - Av. A - CEP 30130-101 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - Tarifa Especial para
 Tarifa nº 104.88 - Tarifa Social de Energia Elétrica



LAR SAO VICENTE DE PAULO DE OURO PRETO
 RUA FURTADO DE MENEZES 49 ED
 CABECAS
 35400 000 OURO PRETO, MG
 CNPJ 23.068 737/0001-41

Nº DO CLIENTE
 7005246227

Referente a **DEZ/2022**

Nº DA INSTALAÇÃO
 3003370269

Vencimento **08/01/2023**

Valor a pagar (R\$) **R\$1.544,42**

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº093863243 - PTA Nº45.000014006.01

Classe Comercial Têxtil	Subclasse Assoc. e Entid Filantrópicas	Modalidade Tarifária Convencional B9	Data de Leitura ANTERIOR 16/11 ATUAL 16/12 PRÓXIMA 17/01	Data de Emissão 21/12/2022
-------------------------	--	--------------------------------------	--	----------------------------

Tipo de Medição	Medição	Informações Técnicas		Constante de Multiplicação	Consumo kWh
		Leitura Anterior	Leitura Atual		
Energia kWh	GPC221104272	338	446	40	4.320
Energia Injetada	GPC221104272	223	280	40	2.280

Informações Gerais
 SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 0,00 kWh.
 Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.046, de 21/06/2022.
 Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22.
 Base de cálculo reduzida nas componentes Distribuição, Transmissão e Encargos conf. art. 2º da Lei n.º 194/22.
 Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c.
 Unidade faz parte de sistema de compensação de energia.
 O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
 Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.
 Leitura realizada conforme calendário de faturamento.
 É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local.
 NOV/22 Band. Verde - DEZ/22 Band. Verde

Descrição	Valores Faturados		Valor R\$
	Quantidade	Preço	
Energia Elétrica kWh	2.040	0,74563803	1.521,08
En comp. kWh ISENTA	2.280	0,65313000	1.489,13
Energia injetada kWh HFP	2.280	0,65313000	-1.489,13
Encargos / Cobranças			
Contrib Ilum Publica Municipal			23,34
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		0,65313000	
En comp. kWh ISENTA		0,65313000	

Histórico do Consumo

Mes/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias
DEZ/22	4.320	144,00	30
NOV/22	3.880	133,79	29
OUT/22	4.600	143,75	32
SET/22	5.040	168,00	30
AGO/22	5.840	194,66	30
JUL/22	7.960	258,77	31
JUN/22	8.520	274,83	31
MAI/22	7.400	255,17	29
ABR/22	7.520	235,00	32
MAR/22	5.520	217,33	30
FEV/22	6.920	238,62	29
JAN/22	7.840	252,90	31
DEZ/21	6.400	220,68	29

Reservado ao Fisco
 6F51.A55D.7E70.ACF6.E166.68F8.F5FF.66B5

	Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	731,15	18,00	131,60
PASEP	1.389,48	0,73	10,14
COFINS	1.389,48	3,38	46,96

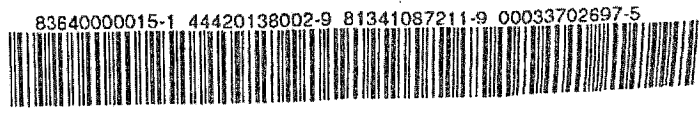
Ouvedoria CEMIG 0800 728 3938 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



Código de Débito Automático 000033702697	Instalação 3003370269	Vencimento 08/01/2023	Total a Pagar R\$1.544,42
---	--------------------------	--------------------------	------------------------------



DÉBITO AUTOMÁTICO



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO E FINS



Art.1º. O Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto, fundado em 27/09/1942, Obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), é uma associação civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social, sem fins econômicos, com prazo indeterminado de duração e sede à Rua Dr. Furtado de Menezes, N.º 49, no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, Foro na Comarca de Ouro Preto, doravante denominada simplesmente Obra Unida.

Art.2º. A Obra Unida tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especialmente:

I. manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental;

II. proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando a preservação de sua saúde física e mental;

Parágrafo único: A Obra Unida prestará assistência gratuita aos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.

Art.3º. A Obra Unida terá um Regimento Interno elaborado pela sua Diretoria que disciplinará o seu funcionamento.

Parágrafo único: No desenvolvimento de suas atividades a Obra Unida observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não se fará distinção alguma quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

Art.4º. A Obra Unida por sua origem, natureza e formação no seio da Sociedade de São Vicente de Paulo, está vinculada estatutariamente ao Conselho Central de Ouro Preto e ao Conselho Metropolitano de Ouro Preto, na forma do Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil.

Parágrafo único: Caberá aos Conselhos Particulares, e às Conferências Vicentinas desta localidade prestar-lhe auxílio na e desempenho de suas atividades, sempre que solicitados.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DOS ASSOCIADOS.

Art.5º. A Obra Unida é organizada e constituída por um número limitado de associados, denominados vicentinos, confrades e consócias, que ingressaram voluntariamente na SSVP, através de uma de suas Conferências Vicentinas e que estejam na condição de:

- I. membros da diretoria da própria Obra Unida, com direito a voto;
- II. membros da diretoria do Conselho Central respectivo, com direito a voto; e
- III. presidentes dos Conselhos Particulares vinculados ao Conselho Central.

§1º. A Obra Unida se regerá pelo presente Estatuto Social, pela legislação Brasileira e subsidiariamente pelo Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil registrado e arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro; pelas constituições e demais dispositivos que regem a Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil.

Handwritten signatures and notes on the left margin.

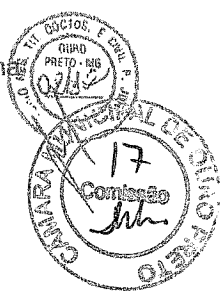


Selo de fixação

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.	
OURO PRETO MG	27 JUL. 2018
Em testº	da verdade
EMOL: 4,80 TPJ 1,49 ISSQN 0,73 TOTAL 6,52	

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Danielle R. Marotta de Assis
Escrivente Substituta
OURO PRETO - MG





§2º. A hierarquia em âmbito nacional da Sociedade de São Vicente de Paulo é estabelecida na seguinte ordem:

- a) Conselho Nacional do Brasil, órgão normativo cujo âmbito é Nacional;
- b) Conselho Metropolitano, órgão orientador e fiscalizador de âmbito Regional;
- c) Conselho Central, órgão executivo com âmbito em zonas delimitadas;
- d) Conselho Particular, órgão de unidade das conferências com âmbito local;
- e) Conferências, Grupos de Vicentinos organizados em área de diferentes setores comunitários;
- f) Obras Unidas, unidade vicentina, destinada a atender finalidades específicas complementares às atividades das Conferências.

§3º. O Conselho Nacional do Brasil da Sociedade de São Vicente de Paulo atua em todo território Brasileiro e ocupa a hierarquia máxima; está, portanto, a serviço de todos os Conselhos Metropolitanos, e através destes, a serviço dos Conselhos Centrais, Particulares, Conferências e Obras Unidas.

§4º. Todo confrade ou consocia que participe ativamente de uma das Conferências vicentinas, atendendo o disposto no Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo, tendo completado dois (2) anos de atividade vicentina ininterrupta poderá concorrer a cargo de presidente.

Art.6º. São direitos dos associados:

- I. Participar nas Assembléias Gerais;
- II. Votar e ser votado para os cargos eletivos, atendendo os requisitos previstos neste Estatuto;
- III. Apresentar sugestões para a diretoria, por escrito, para o aperfeiçoamento operacional da Obra Unida e apontar qualquer ação ou omissão que venha ferir as normas estatutárias;
- IV. A qualquer tempo, por requerimento, se desligar a título de demissão.

§1º. O exercício dos direitos constantes do "Caput" deste artigo e o cumprimento dos deveres pelos associados, serão regidos por este Estatuto e pelo Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil.

§2º. Os associados não adquirem direito algum sobre os bens e direitos da Sociedade São Vicente de Paulo, a título algum ou sob qualquer pretexto.

Art.7º. São deveres dos associados:

- I. Cumprir o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil, e as disposições estatutárias e as regimentais;
- II. Acatar as decisões da Diretoria e as Resoluções das Assembléias;
- III. Zelar pelo decoro e bom nome da Obra Unida e da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- IV. Zelar pelo bom funcionamento da Obra Unida;
- V. Prestar, como voluntário, colaboração vicentina na Obra Unida, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhe forem atribuídos, sem direito à salários, indenizações, compensações ou remunerações de qualquer espécie ou natureza.

Art.8º. Deixará de ser associado:

- I. Por vontade própria, se assim o desejar;
- II. Aquele que, comprovadamente, em função de sua conduta, tornar-se motivo de escândalo ou atentar contra os princípios estabelecidos no Regulamento da SSVP;

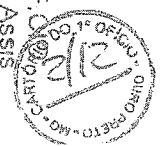
Handwritten signatures and notes on the left margin.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
 OURO PRETO MG 27 JUL. 2018
 Em test. da verdade

EMOL: 4,80 TFCJ 1,49 ISSQN 0,23 TOTAL 6,52

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 Danielle R. Marotta de Assis
 Escrevente Substituta
 OURO PRETO - MG



III. Quem transgredir o estabelecido no art. 8º e seus incisos;

IV. Buscar fora da Sociedade de São Vicente de Paulo, a solução de litígio ou de disputa vicentina, sem antes recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil.

Art.9. A exclusão do associado se dará por meio de procedimento administrativo, por decisão da diretoria, referendado em Assembléia Geral.

Parágrafo único. Objetivando facultar-lhe ampla defesa o associado poderá sucessivamente, e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

I. Solicitar, por escrito e fundamentado, uma nova Assembléia Geral para apreciar seu recurso de reconsideração;

II. e, caso mantida a decisão:

a) recorrer ao Conselho Central a que a Obra Unida esteja vinculada;

b) recorrer ao Conselho Metropolitano a que a Obra Unida esteja vinculada;

III. Sendo mantida ainda a decisão, recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil, em 15 (quinze) dias.

Art.10. Excluído da Obra Unida, por qualquer que seja o motivo, ou dela retirando-se, o associado não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração, pelos serviços prestados à entidade nesta condição de associado.

Art.11. Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos e obrigações da Obra Unida.

Parágrafo único. Os associados e diretores respondem solidariamente a SSVP e os terceiros prejudicados, por culpa ou dolo no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO III

DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art.12. A Obra Unida será composta e constituída dos seguintes órgãos:

I. Assembléia Geral, órgão deliberativo;

II. Diretoria, órgão administrativo;

III. Conselho Fiscal, órgão fiscalizador.

Art.13. A Assembléia Geral é o órgão soberano da Entidade e é constituída dos associados que compõem a diretoria da obra unida, da diretoria do Conselho Central, e dos presidentes dos Conselhos Particulares, e a ela compete:

I. Eleger o administrador e o Conselho Fiscal; entende-se por administrador o presidente;

II. Aprovar a reforma do Estatuto, submetendo a decisão à manifestação oficial do Conselho Metropolitano;

III. Destituir o presidente, ou membros da diretoria;

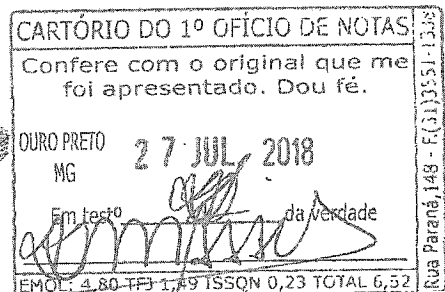
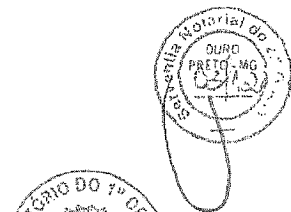
IV. Destituir o Conselho Fiscal ou qualquer um de seus membros;

V. Decidir, em grau de recurso, a exclusão de associado;

VI. Decidir sobre a extinção da Obra Unida, quando impossível a continuidade de suas atividades;



Handwritten notes and signatures on the left margin:
A. H.
Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Danielle R. Marotta de Assis
Escrivente Substituta
OURO PRETO - MG



VII. Apreciar o relatório da diretoria e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades, o balanço anual, sobre as contas e demais demonstrações financeiras e documentos, após parecer do Conselho Fiscal.

Art.14. A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano, durante o primeiro trimestre, para:

- I. Apreciar o Relatório Anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art.15. A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente quando convocada:

- I. Pela Diretoria;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados;
- IV. Pelo Conselho hierarquicamente superior.

Art.16. A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital, afixado na sede da Obra Unida, com pauta dos assuntos a serem tratados e por circulares e ou outros meios convenientes, a todos associados que a compõem.

- I. de regra geral, com antecedência de 8 (oito) dias;
- II. com antecedência de 60 (sessenta) dias, no caso de convocação de eleição.

§1º. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Diretoria e, em sua ausência ou impedimento pelo seu substituto legal e, na falta deste, por associado designado pelos membros integrantes dessa reunião.

§2º. As atas das Assembléias Gerais serão aprovadas, ao término de cada reunião, e assinadas pelo Presidente e/ou seu substituto legal, pelo secretário e por todos os associados e visitantes presentes.

§3º. A destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como reforma estatutária, é exigido o voto concorde de 2/3 dos associados, presentes à Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Art.17. A Diretoria será constituída por um presidente, e no mínimo, 1 (um) vice-presidente, 1 (um) secretário, 1 (um) tesoureiro.

§1º. O presidente e vice-presidente deverão ser associados (confrade ou consócia), com no mínimo de 2 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta.

§2º. A diretoria e conselho fiscal cumprirão mandato de 2 (dois) anos, sendo admitida uma reeleição.

§3º. Havendo diretores que não sejam vicentinos (confrades e consócias), os mesmos não terão direito a voto nas eleições.

§4º. Importará em abandono do cargo a falta injustificada de diretores a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, da Obra Unida.

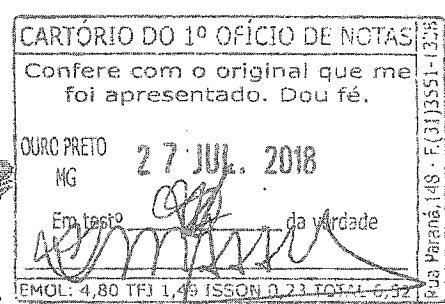
§5º. O diretor que for afastado por ausência prolongada, ou por renúncia, não poderá ser eleito nem designado para a diretoria subsequente.

§6º. O presidente de uma Obra Unida e os demais diretores que forem associados, não estão dispensados de suas obrigações junto às respectivas Conferências.

§7º. O presidente eleito nomeará, os demais membros de sua diretoria, a título pessoal e com direito a voto, mas em número sempre inferior aos membros da diretoria do Conselho Central, e Presidentes de Conselhos Particulares.



Handwritten notes and signatures on the left margin, including the name 'Daniel R. Marotta'.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Danielle R. Marotta de Assis
Escrivente Substituta
OURO PRETO - MG

§8º. Os membros da diretoria são substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente, e seus respectivos mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou.

Art.18. Compete à Diretoria entre seus direitos e deveres:

- I. Elaborar o programa anual de atividades e executá-lo, de forma a cumprir com seus objetivos estatutários;
- II. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o Relatório Anual de Atividades, Balanço Patrimonial e remetê-los ao Conselho Central até o dia 30 (trinta) do mês de março de cada ano;
- III. Buscar os recursos necessários para sua subsistência junto à comunidade e instituições;
- IV. Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Contratar empresa ou profissional de contabilidade com habilitação legal junto ao CRC, para assessoria, cumprimento das obrigações legais e execução dos serviços contábeis, departamento pessoal e correlato, elaborados em livros revestidos de formalidades legais;
- VI. Exigir da Empresa ou do profissional liberal referido no item VI, balancetes mensais, semestrais e o Balanço Geral no final de cada exercício civil, devendo este ser publicado até 31 de março;
- VII. Encaminhar antecipadamente para ciência do Conselho Central e aprovação do Conselho Metropolitano, as campanhas que objetivem angariar fundos;
- VIII. Apresentar ao Conselho Fiscal toda a documentação relativa ao ano civil anterior até 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, a saber: o Balanço Geral, juntamente com o Relatório das Atividades, acompanhados dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras do último mês a que se referir o Balanço, e também o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;
- IX. Determinar com prévio conhecimento do Conselho Metropolitano, a execução de construções e reformas, que não comprometam sua posição sócio-econômica;
- X. Apresentar e decidir matérias relacionadas à sua administração, observando-se o presente Estatuto e o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- XI. Solicitar ao Conselho Central o encaminhamento ao Conselho Metropolitano, do pedido de autorização para aquisição, alienação ou constituição de ônus sobre seus imóveis, instruindo o pedido com a cópia da ata da reunião da Diretoria e 3 (três) avaliações prévias de imobiliárias existentes no município;
- XII. Cumprir e fazer cumprir o Regulamento da SSVP, o presente Estatuto e o Regimento Interno em sua área de atuação;
- XIII. Elaborar e/ou alterar o Regimento Interno, encaminhado-o ao Conselho Central.

Art.19. A Diretoria da Obra Unida reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês, em dia e hora designados pelo presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação da matéria a ser tratada.

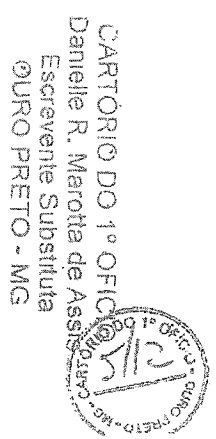
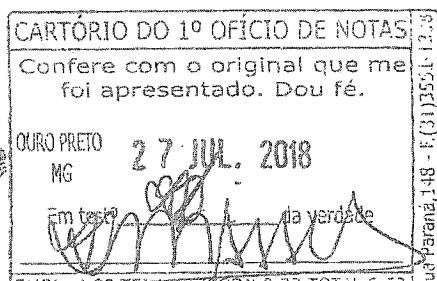
Art.20. A Diretoria da Obra Unida e seu Conselho Fiscal reconhecem e acatam o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo.

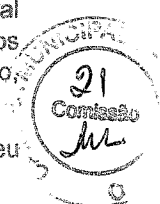
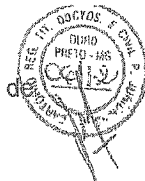
Art. 21. São atribuições do presidente da Obra Unida:

- I. Representar a Obra Unida ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e da Assembléia Geral;
- III. Dirigir e orientar as atividades da Obra Unida;
- IV. Assinar cheques, sempre em conjunto com o tesoureiro;



Handwritten notes and signatures on the left margin, including 'F. Henrique' and 'H. Henrique'.





V. Admitir e demitir funcionários, respeitando a Legislação Trabalhista e as Convenções de cada categoria empregada;

VI. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno;

VII. Apresentar ao Conselho Fiscal até o dia quinze de fevereiro de cada ano o balanço geral referido na letra anterior, juntamente com o relatório das atividades, acompanhados dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras do último mês a que se referir o balanço, juntamente com o relatório do inventário dos bens patrimoniais;

VIII. Solucionar os casos omissos que lhe forem submetidos a exame ou que chegam a seu conhecimento;

IX. Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central e pelo Departamento Metropolitano de Normatização e Orientação, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas.

Art.22. São atribuições do vice-presidente:

- I. Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos temporários;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, e convocar eleição no prazo de 60 (sessenta) dias;
- III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao presidente.

Parágrafo único: Havendo mais de um vice-presidente, são suas atribuições, observada a respectiva ordem de precedência, cooperar com o presidente, dirigir comissões específicas e substituir o presidente e o primeiro vice-presidente, nas faltas e impedimentos.

Art. 23. São atribuições do primeiro secretário:

- I. Secretariar reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais e elaborar as respectivas atas;
- II. Ler a ata da reunião anterior fazendo as observações necessárias e publicar todas as notícias das atividades da Obra Unida;
- III. Verificar a atualização do cadastro dos internos e assistidos;
- IV. Atender a correspondência, dando ciência das recebidas e enviadas e conservar em ordem todo o expediente da Secretaria;
- V. Elaborar os relatórios das atividades anuais em conjunto com os demais membros da Diretoria;
- VI. Preparar e manter em dia os fichários dos associados e contribuintes;
- VII. Organizar e controlar os serviços de arquivo e fichário da Secretaria, inclusive o arquivo patrimonial;
- VIII. Executar outros serviços solicitados pelo presidente;
- IX. Assumir o mandato do presidente em caso de vacância e na falta do vice-presidente.

Art.24. São atribuições do segundo secretário, se houver:

- I. Substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos, e prestar, de um modo geral, a sua colaboração na organização da secretaria;
- II. Em caso de vacância, assumir o cargo de secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja escolhido um novo.

Art.25. São atribuições do primeiro tesoureiro:

- I. Arrecadar e anotar em livro caixa, as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e donativos em dinheiro ou em espécie, mantendo em dia a escrituração toda comprovada;

Blenda
T. Ribeiro
B. B. B. B. B.

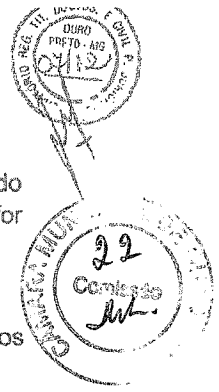


CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.	
OURO PRETO MG	27 JUL 2018
Em teste	da verdade

REG. 115511(3) - 8118 - 148

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Danielle R. Marotta de Assis
Escritor Substituta
OURO PRETO - MG





II. Pagar as contas com o visto do presidente

III. Assinar cheques, sempre em conjunto com o presidente;

IV. Apresentar em todas as reuniões da Diretoria o relatório financeiro e balancete contábil do mês anterior, levantado pela empresa de contabilidade ou profissional habilitado, ou sempre que for solicitado pelos órgãos da Obra Unida e ou Conselho Central.

V. Providenciar, em tempo hábil, recebimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;

VI. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade exclusiva, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;

VII. Apresentar trimestralmente, ou sempre que solicitado, ao Conselho Fiscal o balancete devidamente assinado por contabilista ou empresa, registrados no CRC, juntamente com os livros contábeis e auxiliares, e documentação correlata;

VIII. Providenciar no término do mandato da Diretoria: Certidões Negativas de Débitos (CND), com até 30 dias antes do término do mandato, quanto ao INSS, FGTS; certidões de imunidade ou isenção de tributos geridos pela Receita Federal, Estadual e/ou Municipal, e que sejam aplicáveis à entidade; bem como alvará de licença de funcionamento da Secretaria da Saúde e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) atualizado;

IX. Depositar em estabelecimento bancário, em nome da Obra Unida, todas as importâncias recebidas;

X. Enviar mensalmente ao Conselho Central 2.5% (dois e meio por cento) de sua receita, excluídas as subvenções oficiais;

XI. Manter em caixa, se necessário, para as despesas de pequena monta, a importância de 2 (dois) salários mínimos, da qual prestará conta à diretoria mensalmente;

XII. Executar outras tarefas peculiares da Tesouraria ou solicitadas pelo Presidente.

Art.26. São atribuições do segundo tesoureiro:

I. Substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos temporários;

II. Assumir o mandato do primeiro tesoureiro em caso de vacância, até o seu término;

III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro tesoureiro.

CAPÍTULO IV DA ELEIÇÃO

Art.27. O Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em escrutínio secreto, pela maioria simples dos associados integrantes da Assembléia Geral, conforme previstos nos art. 6º, art. 13 inciso I.

I. Para o processo eleitoral nas Obras Unidas, inscrição mínima de 2 (dois) candidatos a presidente;

II. Os nomes dos candidatos deverão ser apresentados ao Conselho hierarquicamente superior, para apreciação prévia;

III. Não pode ser candidato a presidente da Obra Unida confrade ou consócia com menos de 2 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta ou uma vez atingidos os 70 (setenta) anos de idade;

IV. O voto é pessoal e unitário, ainda que o eleitor exerça mais de uma função diretiva na SSVF;

Handwritten notes and signatures on the left margin.



Selo de fiscalização

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.	
OURO PRETO MG	27 JUL. 2018
Em teste	da verdade
<i>Handwritten signature</i>	
EMOL: 4.80 TFI 1.49 ISSON 0.73 TOTAL 6.99	

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Danielle R. Marotta de Assis
Escritor Substituta
OURO PRETO - MG
7/12

V. Cada eleitor terá direito de votar no candidato de sua preferência, sendo admitido o voto por correspondência, desde que não possa ser identificado e chegue às mãos da comissão de apuração antes do encerramento da votação;

VI. Os candidatos a cargos da Presidência e ao Conselho Fiscal, devem fazer o registro da candidatura na Secretaria da Obra Unida, apresentando curriculum vitae individual de cada componente e da função a qual concorre, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do vencimento do mandato;

VII. A convocação eleitoral será feita por edital, afixado na sede da unidade, e por circular aos Conselhos e Conferências, e por outros meios idôneos, com antecedência mínima de (60) dias da data da eleição;

VIII. A eleição deverá ocorrer no mínimo 90 (noventa) dias antes do término do mandato e sua realização e apuração deverão ocorrer no mesmo dia;

IX. A eleição e apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes; a cópia da ata deverá ser enviada pelo presidente em exercício ao Conselho Metropolitano, ao qual está vinculado, para homologação.

X. No período de 30 (trinta) dias que antecede as eleições, os associados são convidados a intensificar a oração própria ao Divino Espírito Santo por aqueles que tenham direito a voto e pelos que concorrem ao cargo;

XI. A apuração ficará a cargo de comissão composta, pelo menos, de 3 (três) associados que não hajam participado do processo eleitoral;

XII. A eleição está sujeita à homologação pelo Conselho Metropolitano no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da comunicação. Não havendo manifestação nesse prazo, ter-se-á como tácita a homologação. Recusada a homologação, o Conselho Metropolitano determinará nova eleição;

XIII. O Conselho a que está vinculado pode recusar, fundamentadamente, a homologação da eleição, determinando a realização de outra, no prazo de 60 (sessenta) dias;

XIV. Após comunicação por escrito do ato que anulou a eleição, haverá necessidade de novas inscrições de candidatos, com antecedência de 30 (trinta) dias da nova eleição;

XV. A diretoria da unidade vicentina, e o conselho fiscal tomarão posse em reunião ordinária pelo presidente ou representante do Conselho a que estiver vinculada;

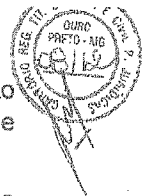
XVI. A posse da Diretoria eleita poderá ser feita em solenidade própria, mas somente entrará em exercício no primeiro dia imediatamente posterior ao término do mandato e será outorgado por representante do Conselho Central a que estiver vinculada;

XVII. Em caso de empate, será eleito presidente quem tiver mais tempo na SSVp como associado; persistindo o empate, será declarado vencedor o mais idoso;

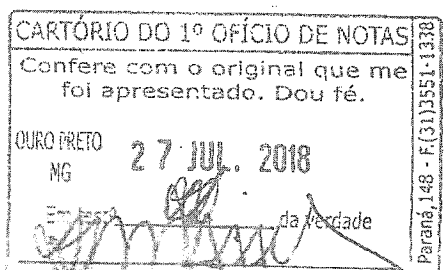
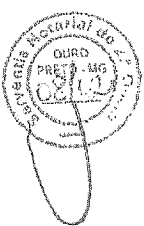
XVIII. Os empregados, embora possam ser vicentinos proclamados, não podem ser eleitos nem nomeados para cargo da diretoria, com a qual mantêm vínculo de emprego.

Art.28. O presidente e respectiva diretoria firmarão, antes da posse, junto ao Conselho a que estiverem diretamente vinculados, o "Termo de Compromisso", que prevê o respeito, cumprimento e a obrigação de se fazer cumprir o Regulamento da SSVp e o seu estatuto, especialmente no tocante ao resguardo dos seus bens, ao atendimento zeloso da parte administrativa e ao recolhimento obrigatório da contribuição financeira regulamentar.

Parágrafo único: O encargo de presidente deve ser considerado uma responsabilidade, e não honraria.



Handwritten notes and signatures on the left margin, including 'F. Franco' and 'F. Franco'.

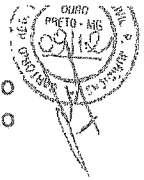


CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Danielle R. Marotta de Assis
Escritorinha Substituta
OURO PRETO - MG

Art.29. Em caso de vacância da presidência, o vice-presidente assume e providencia a eleição no prazo de 60 (sessenta) dias. Consultado o Conselho Metropolitano, e a juízo do mesmo, esse prazo poderá ser prorrogado até 180 (cento e oitenta) dias no interesse da SSVP.

Art.30. O presidente deverá ser afastado pelo Conselho hierarquicamente superior, quando houver ausência prolongada, sem justificativa, superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O diretor que for afastado por ausência prolongada, ou por renúncia, não poderá ser eleito nem designado para a diretoria subsequente.



CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art.31. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em escrutínio secreto, pela maioria simples dos associados integrantes da Assembléia Geral, conforme previsto no art. 6º e art. 13, inciso I.

§1º. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§2º. Em caso de vacância, o respectivo suplente assumirá o cargo até o término do mandato.

Art.32. Compete ao Conselho Fiscal:

I. Examinar a qualquer tempo os livros de escrituração e exigir a apresentação dos documentos que julgar necessário e que diga respeito a sua função;

II. Analisar, os livros contábeis e auxiliares, o balanço patrimonial, os demonstrativos de receita e despesa, verificar o patrimônio social e toda documentação do exercício findo, para fins de aprovação.

§1º. A manifestação do Conselho Fiscal se dará em 30 (trinta) dias, por escrito, para apreciação da Assembléia Geral;

§2º. Reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu presidente ou por 2/3 dos membros da diretoria da Obra Unida.

§3º. As faltas injustificadas de qualquer membro do Conselho Fiscal, a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas, serão consideradas como abandono de cargo.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

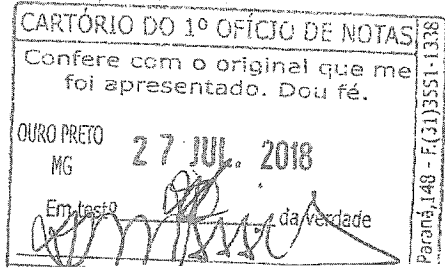
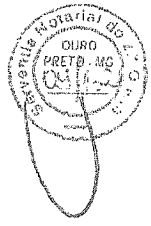
Art.33. O Patrimônio Social da Obra Unida será constituído por todos os bens móveis, semoventes e imóveis de sua propriedade e por todos aqueles que vier adquirir, assim como por todos os legítimos direitos que possua ou venha possuir.

Parágrafo único: A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art.34. São fontes de recursos para manutenção da Obra Unida:

- I. Donativos, contribuições, auxílios, subvenções, convênios e doações patrimoniais;
- II. Rendas de bens patrimoniais;
- III. Promoções e eventos;
- IV. Rendimentos de aplicações financeiras;
- V. Outras receitas eventuais.

Handwritten notes and signatures on the left margin, including 'F. Amato' and 'F. de Souza'.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Danielle R. Marotta de Assis
Escriturante Substituta
OURO PRETO - MG



Art.35. A Obra Unida declara e se compromete sob as penas da lei:

I. Aplicar suas receitas, rendas e rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

II. Não perceberem seus diretores, conselheiros associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

III. Destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere, preferencialmente vinculada à Sociedade de São Vicente de Paulo, dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado, preferencialmente no município de origem, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, inexistindo, a uma entidade pública;

IV. Prestar serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela e nos limites de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros;

V. Aplicar os recursos advindos dos poderes públicos em conformidade ao estabelecido nos convênios e legislação aplicável.

Parágrafo único. A dissolução ou extinção da Obra Unida somente se efetivará se tornar impossível a continuidade de suas atividades, se decidida pela Diretoria, com aprovação da Assembléia Geral especialmente convocada e anuência do Conselho Metropolitano, após a respectiva liquidação nos termos do art. 51 do Código Civil Brasileiro, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no inciso III.

Art.36. Todos os bens patrimoniais da Obra Unida estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e a Diretoria da Obra Unida responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.

Art.37. Não se reconhece a validade de toda e qualquer alienação, aquisição a que título for, permuta, comodato ou constituição de quaisquer ônus sobre imóveis da Obra Unida realizada sem a prévia ciência do Conselho Central a que estiver vinculada e a expressa autorização do Conselho Metropolitano, conforme determina o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil.

Parágrafo único: O não atendimento ao disposto neste artigo implica em violação ao art. 1.268, e seus §§ 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.38. A prestação de contas observará no mínimo:

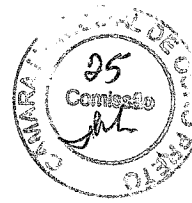
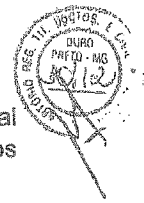
I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e demonstrações financeiras da Obra Unida, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, em se tratando da aplicação de eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em Regulamento;

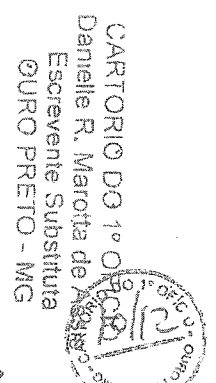
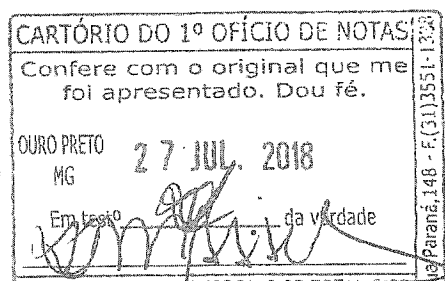
IV. A prestação de contas de todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre.

Art.39. Para efeito de encerramento de balanço observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis deverá ser feita em livros revestidos de formalidades legais, devendo os balanços ser publicados nos prazos previstos em lei.



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature: Francisco de Assis de Albuquerque



Parágrafo único: Quando o término do mandato da Diretoria da Obra Unida não coincidir com o do ano civil, deverá ser providenciado balanço extraordinário que contará com parecer do Conselho Fiscal.

Art.40. Os membros da Diretoria não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Obra Unida, salvo aquelas provenientes de ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência, que importarem violação de direito legalmente estabelecido ou disposição prevista neste Estatuto e causarem prejuízo à própria Obra Unida ou a terceiros, hipóteses em que os responsáveis ficarão obrigados a reparar os danos com as implicações civis e criminais de seus atos.

CAPÍTULO VIII DO VOLUNTARIADO

Art.41. A Obra Unida poderá organizar o trabalho voluntário ao atendimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º. O Trabalho voluntário poderá ser disciplinado em Regimento Interno, devendo os voluntários firmar "contrato de voluntário" e/ou "Termo de Voluntário", na forma da lei.

§ 2º. Os voluntários serão inscritos em livro e/ou listas competentes.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.42. A Obra Unida-está sujeita à contribuição de 2,5% , a ser repassada mensalmente ao Conselho Central a que estiver vinculada, calculada sobre a receita bruta mensal, exceto aquelas resultantes de subvenções ou convênios celebrados ou firmados com os Poderes Públicos.

Art.43. A Obra Unida poderá firmar convênios com entidades assistenciais, públicas ou privadas, tudo no interesse de sua manutenção e desenvolvimento.

Parágrafo único: Em se tratando de firmar Convênios, a serem elaborados nos termos da legislação em vigor, é necessária a anuência prévia do Conselho Metropolitano.

Art.44. Desde que não contrarie a finalidade principal da Obra Unida e o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo, o Estatuto Social poderá ser reformado total ou parcialmente, em qualquer época ou momento por sugestão do Conselho Metropolitano de Ouro Preto e por decisão da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal finalidade com voto concorde de 2/3 (dois terços) dos Associados presentes, não podendo esta Assembléia Geral deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art.45. O Conselho Nacional do Brasil da Sociedade de São Vicente de Paulo, como órgão normativo da atividade vicentina em todo território brasileiro, pode intervir nas unidades vicentinas, a qualquer tempo, destituindo o seu presidente, ou qualquer outro de seus membros, quando for provado, ser seu procedimento motivo de escândalo ou afetar a vida vicentina do lugar, ou sua atuação estiver em desacordo com o regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil.

Art.46. Os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno, quando não contrariem o Regulamento da SSVP ou dispositivo legalmente estabelecido, serão resolvidos pela Diretoria e referendados, se necessário, pela Assembléia Geral e Conselho Metropolitano de sua circunscrição.

Art.47. O presente Estatuto revoga os anteriores ou quaisquer outras disposições contrárias e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Ouro Preto, 18 de dezembro de 2006.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Daniele R. Marotta de Assis
Escrivente Substituta
OURO PRETO - MG

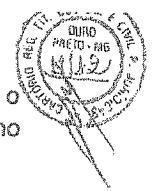


CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.
OURO PRETO 27 JUL 2018
MG
Em teste da verdade
EMOL: 4,80 TFD 1,45 ISSQN 0,23 TOTAL 6,52



Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO

Angelo
Almeida
de Moraes





Geraldo Ildelfonso de Sales
 Geraldo Ildelfonso de Sales

Brasileiro, casado, aposentado, CPF:
 041.052.066-72, RG: M-1.079.229, re-
 sidente em Ouro Preto

Francisca Emiliano de Souza Brandão
 Francisca Emiliano de Souza Brandão

Brasileira, casada, aposentada, CPF: 227.
 235.526-91, RG: M-1.082.519, residente
 em Ouro Preto

José Angelo
 José Angelo

Brasileiro, casado, aposentado, CPF: 186.
 418.816-20, RG: M-573.125, residente em
 Ouro Preto.

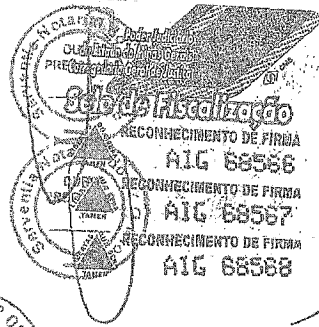
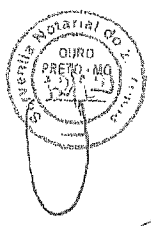
Dra. Edna Eliande
 Dra. Edna Eliande

OAB/MG- 92.774

SERVENTIA NOTARIAL DO 2.º OFÍCIO
 RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMAS(S) DE
Geraldo Ildelfonso de Sales e
Francisca Emiliano de Souza Brandão
duo e José Angelo

Ouro Preto
 MG 26 DEZ 2006

Dot. Dr. O. TAB. MARCELLO
 TABEL. AD. 151200 Marcello Dutra
 Av. Vilarino Dias, n. 266 - Centro - OURO PRETO - MG
 Telefone: (31) 3251-4000



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 Confere com o original que me
 foi apresentado. Dou fé.
 OURO PRETO 27 JUL 2018
 MG
 Em testis da verdade
 EMOL: 4,80 TFD 1,43 ISSON 0,23 TOTAL 6,52

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 Danielle R. Marotta de Assis
 Escrevente Substituta
 OURO PRETO - MG

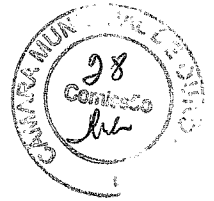
EM BRANCO

EM BRANCO



ROSÂNGELA ALVES DE BRITO LISBOA, Oficiala do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do seu cargo, na forma da lei, etc.-

ALTERNATIVA
NO VERSO



Certifico que foi averbada à margem do registro nº 19 de ordem, do Livro "A" - Pessoas Jurídicas, sob o nº AV-8 em 26 de dezembro de 2006 a Alteração Estatutária do "Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto, inscrito no CNPJ sob o nº 23.068.737/0001-41, com sede na Rua Dr. Furtado de Menezes, nº 49, bairro Cabeças, neste município e Comarca de Ouro Preto-MG.- Certifica Mais que a Alteração Estatutária confere com a via arquivada em Cartório, a qual foi visada pela advogada, Dra. Edna Elande-OAB nº 92.774, conforme prescreve o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 8.906/94.- Dá fé.- Dada e passada nesta cidade de Ouro Preto, aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis.- Eu, Rosângela Alves de Brito Lisboa, Oficiala do Registro, a subscrevi e assino.-

Ouro Preto, 27 de dezembro de 2.006
A Oficiala do Reg. Civil das Pes. Jurídicas,

Rosângela Alves de Brito Lisboa

Rosângela Alves de Brito Lisboa
Oficiala do Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Tribunal de Registro de Ouro Preto - MG

Salão de Fiscalização

BOY 40938	ARQUIVAMENTO AEK 24236	ARQUIVAMENTO AEK 24244	ARQUIVAMENTO AEK 24248
BOY 40938	ARQUIVAMENTO AEK 24236	ARQUIVAMENTO AEK 24244	ARQUIVAMENTO AEK 24247
BOY 40938	ARQUIVAMENTO AEK 24236	ARQUIVAMENTO AEK 24244	ARQUIVAMENTO AEK 24246
ARQUIVAMENTO AEK 24236	ARQUIVAMENTO AEK 24244	ARQUIVAMENTO AEK 24245	ARQUIVAMENTO AEK 24245
ARQUIVAMENTO AEK 24236	ARQUIVAMENTO AEK 24244	ARQUIVAMENTO AEK 24245	ARQUIVAMENTO AEK 24244

Stamp: SALÃO DE FISCALIZAÇÃO, TRIBUNAL DE REGISTRO DE OURO PRETO - MG

EM BRANCO

EM BRANCO

**PARECER TÉCNICO – TERMO DE COLABORAÇÃO
PROJETO APAGANDO INCÊNDIO**



OBJETO

O presente parecer técnico objetiva definir o escopo e as condições para a elaboração do Termo de Colaboração em favor da **LAR SÃO VICENTE DE PAULO**.

DO MÉRITO DA PROPOSTA

A Instituição de Longa Permanência para Idosos Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto está em funcionamento desde 1942 e é a única entidade no município a oferecer o serviço de acolhimento institucional para idosos e integra a Rede Municipal de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A entidade possui estrutura física e operacional adequada à moradia e qualidade de vida dos idosos em situação de abandono, sem vínculos familiares ou impossibilitados de conviver com suas famílias. Com o intuito de atender às legislações pertinentes, a entidade apresentou o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e consequente obtenção da AVCB emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. O projeto tem por finalidade promover maior segurança aos idosos, funcionários e visitantes da entidade e foi atendida por meio da indicação de recursos oriundos de Emenda Parlamentar via Transferência Especial do tipo investimento, protocolada pelo vereador Luiz Gonzaga.

DA RECIPROCIDADE DE INTERESSE DAS PARTES

O presente instrumento mostra-se em perfeita praticabilidade, face o interesse mútuo alcançado, donde ao Proponente será cedido os recursos necessários a implantação do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico; e do outro lado ao Concedente, que promove mais segurança aos idosos assistidos pela entidade.

DA VIABILIDADE DE EXECUÇÃO

A entidade LAR SÃO VICENTE DE PAULO se apresenta apta a executar o projeto apresentado no Plano de Trabalho aprovado por este setor.

DA VERIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Não haverá sob nenhuma hipótese ou pretexto a transferência de imóveis entre as partes. Os recursos financeiros detalhados no Plano de Trabalho, no montante de R\$ 25.000,00, deverão

Maurício Silva Pio
Diretor de Convênios

Yuri Borges Assunção
Secretário Municipal de Governo

Ouro Preto, 24 de outubro de 2022.

O monitoramento e avaliação do projeto, assim como o deferimento da prestação de contas serão realizados pela Secretaria de Governo, no setor de Convênios de Entrada, através dos servidores José Anchieta Barbosa Neto e Antonielle Marianne de Almeida e Pessoa.

DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A gestão deste acordo ficará a cargo da Secretaria de Governo, por meio do Diretor de Convênios, Maurício Silva Pio. O servidor não possui vínculo com a entidade.

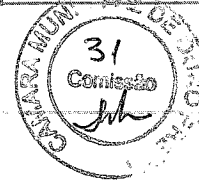
DA DESIGNAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA

O cumprimento do objeto da parceria será monitorada e aprovada sua prestação de contas mediante apresentação das Notas Fiscais, comprovantes de despesas e extratos bancários e verificação in loco da execução do projeto.

DA VERIFICAÇÃO DA APLICAÇÃO DA EMENDA

ser aplicados integralmente nas ações propostas no período entre 30/11/2022 a 30/09/2023, com a devida prestação de contas com prazo máximo até 30/12/2023.





PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

PROponente LAR SÃO VICENTE DE PAULO			CNPJ 23.068.737/0001-41
Endereço Sede (RUA, Nº, BAIRRO) RUA DR. FURTADO DE MENEZES, Nº 49 – CABEÇAS			
CIDADE/UF OURO PRETO/MG	CEP 35400-000	TELEFONE (31) 3551-1044	E-MAIL lsvpop@uol.com.br
CONTA CORRENTE 0003587-9	Nº BANCO Caixa Econômica - 104	Nº AGÊNCIA - DV 0136-8	PRAÇA DE PAGAMENTO Ouro Preto/MG
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL ANA MARIA NEVES LOREDO			CPF 877.662.216-19
CI./ÓRGÃO EXPEDIDOR MG 4.433.898 – SSP/MG		CARGO PRESIDENTE	DATA VENC. MANDATO 04/2023
Endereço Residencial (RUA, Nº, BAIRRO) RUA JOSÉ ARAÚJO DIAS, Nº 12 – SÃO CRISTÓVÃO			
CIDADE/UF OURO PRETO/MG	CEP 35400-000	TELEFONE (31) 3559-3248	E-MAIL
CONCEDENTE MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG			CNPJ 18.295.295/0001-36
Endereço Sede (RUA, Nº, BAIRRO) PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO, 12			
CIDADE/UF OURO PRETO/MG	CEP 35400-000	TELEFONE (31) 3559-3260	E-MAIL convenio@ouropreto.mg.gov.br
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS			CPF 055.593.596-53
CI./ÓRGÃO EXPEDIDOR M-195.169-SSP/MG		CARGO PREFEITO	

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

PROGRAMA / TÍTULO DA OBRA PROJETO APAGANDO INCÊNDIO		
Endereço do Programa (RUA, Nº, BAIRRO) RUA DR. FURTADO DE MENEZES, Nº 49 – CABEÇAS		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal Nº 6.569 de 27 de julho de 2022.	PÚBLICO ALVO Idosos e funcionários do Lar	Nº BENEFICIÁRIOS 55 Idosos residentes
OBJETIVOS/ JUSTIFICATIVA A Instituição de Longa Permanência para Idosos Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto está em funcionamento desde 1942 e é a única entidade no município a oferecer o serviço de acolhimento institucional para idosos e integra a Rede Municipal de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A entidade possui estrutura física e operacional adequada à moradia e qualidade de vida dos idosos em situação de abandono, sem vínculos familiares ou impossibilitados de conviver com suas famílias. Com o intuito de atender às legislações pertinentes, a entidade apresentou o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e consequente obtenção da AVCB emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar do		

SETOR DE CONVÊNIOS E PROJETOS

Praça Barão do Rio Branco, 12, Pilar
Ouro Preto/MG - 35400-000

www.ourtopreto.mg.gov.br



O futuro é feito agora

Estado de Minas Gerais. O projeto tem por finalidade promover maior segurança aos idosos, funcionários e visitantes da entidade e foi atendida por meio da indicação de recursos oriundos de Emenda Parlamentar via Transferência Especial do tipo investimento, protocolada pelo vereador Luiz Gonzaga

RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE

1. Responsabilizar-se pela veracidade das informações do Plano de Trabalho apresentado;
2. Responsabilizar-se pelo cumprimento integral do Plano de Trabalho;
3. Responsabilizar-se exclusivamente e integralmente pelas ações decorrentes do projeto;
4. Responder pela vigilância e segurança dos bens e materiais do projeto;
5. Permitir o acompanhamento in loco da Prefeitura e/ou do concedente;
6. Executar o plano de trabalho bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
7. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
8. Prestar contas dos recursos destinados apresentando relatórios de execução do objeto e de execução financeira, comparando as metas propostas e os resultados alcançados;

QUADRO METAS E ETAPAS

Meta	Etapa/Fase	Descrição	Meta a ser atingida
1	1.1 Aquisição de equipamentos	Aquisição de equipamentos para prevenção e combate de incêndio e pânico.	88 equipamentos adquiridos
2	2.1 Instalação de equipamentos	Instalação de equipamentos para prevenção e combate de incêndio e pânico.	88 equipamentos instalados

QUADRO DE INDICADORES

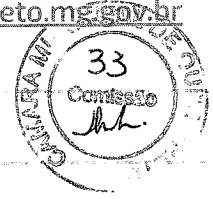
Meta	Etapa/Fase	Indicador Quantitativo	Indicador Qualitativo
1	1.1 Aquisição de equipamentos	88 equipamentos adquiridos	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico aprovado pelo CBM/MG gerando mais segurança aos assistidos pela entidade.
2	2.1 Instalação de equipamentos	88 equipamentos instalados	

PARÂMETROS DE AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta	Etapa/Fase	Métodos	Meio de verificação
1	1.1 Aquisição de equipamentos	Compra direta dos equipamentos pela entidade	Registro Fotográfico, depósitos, etc.
2	2.1 Instalação de equipamentos	Serviço contratado diretamente pela entidade	Registro Fotográfico, depósitos, etc.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

Meta	Etapa/Fase	Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)	Prestação de Contas (Prazo máximo)
1	1.1 Aquisição de equipamentos	30/11/2022	30/09/2023	30/12/2023
2	2.1 Instalação de equipamentos	30/11/2022	30/09/2023	30/12/2023



PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

CUSTOS DE INVESTIMENTOS E/OU CUSTEIO

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Unidade	VALORES EM R\$	
				Unitário	Total
01	Central de alarme conv. Com bateria CIC 12 L	88	un	R\$ 46,00	R\$ 4.048,00
02	Fornecimento de mão de obra para execução de adequação e instalação de todo o sistema preventivo contra incêndio e pânico	1	un	R\$ 20.952,00	R\$ 20.952,00
VALOR TOTAL DO PROJETO				R\$ 25.000,00	

RECURSOS DO PROJETO

	Recurso Financeiro	Outro
Cedidos pelo Concedente:	R\$ 25.000,00	Não se aplica
Contrapartida do Proponente	R\$ 0,00	Melhoria na segurança dos assistidos pela entidade

DESIGNAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA

A gestão do acordo ficará a cargo da Secretaria de Governo, por meio do servidor Maurício Silva Pio – Diretor de Convênios, matrícula 04515-9.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (VALORES EM R\$)

Concedente

Mês	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Novembro	R\$ 25.000,00											

Proponente

Mês	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
-	-											

DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Na qualidade de representante legal do Proponente, declaro, para fins de prova junto ao Concedente, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Município de Ouro Preto ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas no orçamento do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Ouro Preto, 24 de Outubro de 2022.

ANA MARIA NEVES LOREDO
Presidente do Lar São Vicente de Paulo



O futuro é feito agora

ANÁLISE E APROVAÇÃO

Analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Governo.

Ouro Preto, 24 de Outubro de 2022.

YURI BORGES ASSUNÇÃO
Secretário Municipal de Governo

SUBMETE À APROVAÇÃO

Aprovação pelo Concedente.

Ouro Preto, 24 de Outubro de 2022.

ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS
Prefeito de Ouro Preto/MG

Aos 29 de Outubro de 2022
DISTRIBUIÇÃO
Distrito este processo à(s) comissão(s) competente(s).
Do que para constar lavrei este
Presidente da Comissão